

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

29 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Filipa Afonso Aguiar*. — O Oficial de Justiça, *José Joaquim Silva Ferreira*.  
3000225184

## TRIBUNAL DA COMARCA DE MEDA

### Anúncio n.º 1133/2007

#### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 19/06.8TBMDA

Requerente — Ministério Público.  
Insolvente — NORIREGAS, L.<sup>da</sup>

NORIREGAS, L.<sup>da</sup>, número de identificação fiscal 504894390, com endereço no Bairro do Prazo, Penedono, 3630-229 Penedono, e Aedmar Margarido de Sampaio R. Leite, com endereço na Avenida de Alberto Sampaio, 106, 2.º, 3500 Viseu, ficam notificados de que o processo supra-identificado foi encerrado, nos termos do artigo 232.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE.

A decisão do encerramento do processo foi determinada por despacho de 24 de Janeiro de 2007.

Efeitos do encerramento — nos termos do artigo 233.º, n.º 1, alíneas a), b), c) e d), do CIRE.

29 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Pinto Monteiro*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Teixeira*.

1000310603

## 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

### Anúncio n.º 1134/2007

#### Verificação ulterior de créditos/outras direitas (CIRE) Processo n.º 1578/06.0TBSJM-D

Insolvente — SANEOBRA, S. A., e outro(s).  
Presidente da comissão de credores — Caixa Geral de Depósitos e outro(s).

O Dr. Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de São João da Madeira, faz saber que nos presentes autos supra-identificados, que correm por apenso aos autos de declaração de insolvência, por este Juízo e Tribunal, em que é devedor SANEOBRA, S. A., com endereço na Avenida da Liberdade, 635, 1.º, E, 3700-166 São João da Madeira, correm éditos de 10 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente, para no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC) e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de € 1 197 493,47, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

29 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Casas Azevedo*. — O Oficial de Justiça, *Paula Oliveira*.

3000225216

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SEIA

### Anúncio n.º 1135/2007

#### Prestação de contas (liquidatário) Processo n.º 113/04.0TBSEI-R

Suplente com. credores — Carnes Primor — Joaquim Moreira Pinto & Filhos e outro(s).

Requerido — Américo Silva & Filhos — Indústria e Comércio de Carnes, S. A.

A Dr.<sup>a</sup> Susana Pinto Couto, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Seia, faz saber que são os credores e a falida notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPREF).

23 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Pinto Couto*. — O Oficial de Justiça, *Leonor Gouveia*.

1000310606

### Anúncio n.º 1136/2007

#### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 10/07.7TBSEI

Credor — Henrique Camilo Ramos Pereira.  
Insolvente — Camilos Metalúrgica de Travancinha, L.<sup>da</sup>

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Seia, no dia 31 de Janeiro de 2007, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Camilos Metalúrgica de Travancinha, L.<sup>da</sup>, número de identificação fiscal 502123133, com endereço em Travancinha, Travancinha-Seia, 6270-000 Seia, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135, 1.º, B, Covilhã, 6201-907 Covilhã.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16 de Abril de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

### Informação

#### Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que repre-